

AgRg no HABEAS CORPUS Nº 530.081 - SP (2019/0257377-5)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
AGRAVANTE : RODINEI BANDEIRA DA SILVA
ADVOGADA : PATRICIA GALINDO DE GODOY CAZAROTI - SP203432
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO PENAL. OFENSA AO PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. NÃO CONFIGURAÇÃO. COMUTAÇÃO. DECRETO N. 7.648/2011. REQUISITO OBJETIVO. NÃO PREENCHIDO. CONCURSO CRIME COMUM E HEDIONDO. AUSÊNCIA DE CUMPRIMENTO DE 2/3 DA PENA REFERENTE AO CRIME HEDIONDO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Inexiste ofensa ao princípio da colegialidade nas hipóteses em que a decisão monocrática foi proferida em obediência ao art. 932 do Código de Processo Civil – CPC e art. 3º do Código de Processo Penal – CPP, por se tratar de pedido em confronto com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

2. A Jurisprudência desta Corte entende que, diante do concurso entre crimes comum e hediondo, é possível a concessão do benefício da comutação, desde que preenchidos os requisitos previstos no Decreto Presidencial.

Na hipótese, as instâncias ordinárias destacaram que o ora paciente não preencheu o requisito objetivo, visto que, apesar de estar preso desde 31/12/2000, a data considerada como início de cumprimento do crime hediondo é 23/10/2010, assim, não cumpriu o lapso temporal exigido até a data estipulada no Decreto n. 7.648/11. Destarte, o indeferimento da benesse em questão está em consonância com o entendimento deste Superior Tribunal. Precedentes.

3. Agravo regimental desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental.

Os Srs. Ministros Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado

Superior Tribunal de Justiça

do TJ/PE), Jorge Mussi e Reynaldo Soares da Fonseca votaram com o Sr. Ministro Relator.
Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Ribeiro Dantas.

Brasília, 21 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator